



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subcontroladoria de Controle Interno

RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 48/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF

Unidade: Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Processo n.º: 121.000.079/2016

Assunto: AUDITORIA DE CONFORMIDADE EM PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Exercício: 2015

Senhor Diretor,

Apresentamos os resultados dos trabalhos de auditoria de conformidade com a finalidade de examinar a Prestação de Contas Anual da Unidade acima referenciada, nos termos da determinação do Senhor Subcontrolador de Controle Interno, conforme Ordem de Serviço n.º **/**** – SUBCI/CGDF.

I - ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade, no período de 06/06/2016 a 08/07/2016, objetivando a realização de auditoria de conformidade, para a instrução do processo de Prestação de Contas Anual, relativa ao exercício de 2015.

Não foram impostas restrições quanto ao método ou à extensão de nossos trabalhos.

A auditoria foi realizada por amostragem visando examinar os atos e fatos praticados pelos Gestores da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan em 2015, relativos às gestões orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de bens e suprimentos.

Na sequência serão expostos os resultados das análises realizadas na gestão da Unidade.

II - EXAME DAS PEÇAS PROCESSUAIS

Constam dos autos os documentos e informações exigidas pelos 144, 146 e 148, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução 38/90 – TCDF, vigente à época de organização do presente processo de contas.



III - IMPACTOS NA GESTÃO

1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao art. 47, parágrafo único, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, informamos que a Companhia de Planejamento do Distrito Federal recebeu subvenção econômica no montante de R\$ 144.148.185,27, decomposta nas seguintes categorias de gastos:

CATEGORIA DE GASTOS	FONTE DA DESPESA	VALOR R\$	PORCENTAGEM
Pessoal e Encargos sociais	100	111.959.663,67	77,7
Outras Despesas Correntes	100	30.220.814,89	21
Outras Despesas Correntes	103	739.841,32	
Outras Despesas Correntes	178	1.227.865,39	1,4
TOTAL	-	144.148.185,27	100

2 – GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS

Informamos que análise da gestão de bens e serviços da Companhia, em especial relativamente à execução do programa de trabalho 04.122.6203.4949.0003 – Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão, integrou o **Relatório de Auditoria Especial nº 02/2016-DIATI/COLES/SUBCI/CGDF**.

3 - GESTÃO CONTÁBIL

A análise das Demonstrações Financeiras da Unidade, anexas à Presente Prestação de Contas, revelou as seguintes impropriedades:

- 1) Ao final do exercício de 2015, as disponibilidades da Companhia, excluindo recursos vinculados a depósitos e cauções, cobriam 1,14% das obrigações de curto prazo;
- 2) O Ativo Imobilizado de Uso da empresa não apresentava significância em relação ao Patrimônio Líquido negativo;
- 3) O Índice de Liquidez Geral da Companhia foi de 0,37, considerada a transferência de provisões de riscos trabalhistas já referida no presente Relatório;
- 4) A Companhia não apresentava liquidez imediata para cobertura das obrigações do passivo circulante;
- 5) A Companhia não apresentou receita própria no exercício examinado;
- 6) As despesas não operacionais somaram R\$ 647.824,12, crescimento nominal de 11%, em linha com a inflação registrada no período (INPC, 6,22%);



7) Os repasses financeiros a título de subvenção econômica somaram R\$ 144.148.185,27 crescimento nominal de 1,6% em relação ao montante registrado em 2014;

8) As obrigações com restos a pagar não processados encerraram o exercício com saldo de R\$ 2.566.082,81.

3.1 – ÍNDICES

Na tabela abaixo relacionamos os saldos ao encerramento do exercício dos grupos de contas analisados pela equipe de auditoria, relativamente à estrutura de capital e liquidez da Companhia, medida pelos índices constantes da Tabela 2.

SALDOS BALANÇO PATRIMONIAL 2015/2014		
CONTAS	SALDOS EM R\$ (2015)	SALDOS EM R\$ (2014)
ATIVO CIRCULANTE	13.598.997,57	26.616.652,07
ATIVO TOTAL	14.105.976,78	27.307.099,68
DISPONIBILIDADES	265.730,09	5.528.209,16
IMOBILIZADO DE USO	387.173,23	570.641,63
INTANGÍVEL	226,53	226,53
PASSIVO CIRCULANTE	18.768.387,82	44.845.110,46
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	19.473.699,77	347.868,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(24.136.110,81)	(17.885.879,45)
CAPITAL SOCIAL	12.233.727,60	12.233.727,60
LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	(36.369.838,41)	(30.119.607,05)

3.1.2 – BAIXA LIQUIDEZ EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA

Fato

De acordo com as Demonstrações Financeiras, a Companhia não apresentava ao encerramento do exercício liquidez imediata para cobertura das obrigações de curto prazo.

Acrescentamos que segundo o critério de liquidez corrente, o total de bens e direitos registrados no Ativo Circulante correspondia a 72,4% das obrigações de curto prazo. O total de ativos da Companhia suportava 36,9% das obrigações de curto e longo prazos, conforme nossos cálculos abaixo:

ATIVO TOTAL (AT)	PASSIVO CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE (PC+PNC)	SOLVÊNCIA GERAL (SG)
14.105.976,78	38.242.087,59	AT/PC+PNC = 0,369



Na tabela apresentada a seguir relacionamos os índices financeiros relativos às operações da Unidade, calculados pela equipe com base nas demonstrações financeiras anexas à presente Prestação de Contas.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ - CODEPLAN - 2015		
ÍNDICE	DEFINIÇÃO	RESULTADO OBSERVADO
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC	Quociente entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.	0,72
ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA – ILI	Quociente entre as disponibilidades do Ativo Circulante (Caixa, Bancos e Aplicações de Liquidez Imediata) e o Passivo Circulante.	0,01
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG	Razão entre Ativos de Curto e Longo Prazo e Passivos Circulante e Não Circulante.	0,369

Fonte: Demonstrações Financeiras – Codeplan/2015

Causa

- Dependência exclusiva do Tesouro Distrital na geração de receitas.

Consequência

- Baixa liquidez em relação às obrigações da Companhia.

Recomendação

- Diversificar suas fontes de receitas.

3.1.3 – LIQUIDEZ CORRENTE SUPERESTIMADA

Fato

Em razão da reclassificação contábil do montante de R\$ 19.473.699,77 em conta própria do Passivo Não Circulante, critério contábil não esclarecido no contexto das Notas Explicativas, constatamos que o índice de liquidez corrente da Companhia apresentou variação significativa no exercício em comparação com o resultado obtido em 2014, conforme demonstramos na tabela abaixo:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – CODEPLAN 2015/2014		
2015	2014	VARIÇÃO EM %
0,724	0,593	22,1



Causa

- Alteração de critérios contábeis na avaliação de obrigações.

Consequência

- Inconsistência intertemporal das demonstrações financeiras, relativamente aos prazos a que se referem registros de obrigações a liquidar.

Recomendação

- Consignar em nota explicativa própria a alteração dos critérios de classificação dos passivos de curto e longo prazo.

3.2 – DISPONIBILIDADES – ATIVO CIRCULANTE

Ao encerramento do exercício, a Companhia registrava os seguintes saldos à conta de disponibilidades, incluindo títulos de liquidez imediata e valores em cauções, conforme registros disponíveis no sistema SIGGO:

CONTA CONTÁBIL	VALOR EM R\$
111110201 - Banco de Brasília S/A – Conta Única Tesouro	81.266,95
111110301 – Conta Movimento – Banco de Brasília S/A	133.164,14
111110400 – Depósitos e Cauções – Banco de Brasília S/A	51.289,48
111112018 - BB Títulos	10,36
TOTAL	265.730,93

Registramos que integram a presente Prestação de Contas as conciliações bancárias das contas correntes das disponibilidades mantidas pela Companhia junto às instituições financeiras referidas no presente subitem.

3.2.1 - PREJUÍZO NO EXERCÍCIO

Fato

Ao encerramento do exercício, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal apresentou prejuízo no montante de R\$ 6.794.512,90 em relação ao lucro registrado de R\$ 288.865,55 em 2014.

De acordo com a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a Unidade registrou crescimento nominal de 8,85% no prejuízo operacional líquido, que somou R\$ 153.433.049,93 contra R\$ 140.947.525,08 apurados em 2014.



As receitas não operacionais a título de subvenção econômica atingiram R\$ 146.714.268,10, incluindo R\$ 2.566.082,81 de restos a pagar não processados. A empresa contabilizou ainda o montante de R\$ 572.093,07 a título de outras receitas não operacionais.

As despesas com pessoal e encargos sociais responderam por 73,2% das despesas operacionais do exercício. A função outras despesas administrativas da DRE apresentou variação significativa de 132,6% em relação ao saldo apurado em 2014 (R\$ 15.885,881,67 contra R\$ 6.829.530,36).

3.2.2 – CONTIGÊNCIAS PASSIVAS: NÃO CONTABILIZAÇÃO DE PROVISÕES NO EXERCÍCIO

Fato

A Companhia não procedeu no exercício analisado a inscrições e reversões a título de contingências passivas, transferindo o saldo de R\$ 19.473.600,77, originalmente registrado em 2014 em conta própria do Passivo Circulante, para conta distinta do Passivo Não Circulante, critério não esclarecido no contexto das Notas Explicativas, em atendimento ao disposto no art. 176 da Lei Federal nº 6.404/76.

Causa

- A empresa alegou não existir no âmbito do sistema SIGGO evento próprio para o registro de provisões.

Consequência

- Inconsistência das demonstrações financeiras relativamente ao contingenciamento de obrigações.

Recomendações:

1. Estabelecer gestões junto a Subsecretaria de Contabilidade, da Secretaria de Estado de Fazenda, visando o registro de eventuais contingenciamentos;
2. Consignar em nota explicativa própria às demonstrações financeiras a não realização de contingenciamentos passivos no exercício.

3.2.3 - AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO DE METODOLOGIA DE RISCO PARA PROVISÕES



Fato

Ainda no contexto da análise das contingências passivas, a Equipe constatou que a Companhia não evidenciou os critérios de avaliação de risco correlacionados às provisões trabalhistas e cíveis apropriadas no exercício, em desacordo com as recomendações constantes em subitem próprio da Resolução nº 1.180/2009 – Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de modo a permitir aos órgãos de controle da Administração a análise da consistência dos dados informados e respectivos montantes provisionados.

Acrescentamos que as Notas Explicativas anexas às Demonstrações Financeiras não detalharam no contexto das contingências passivas:

- 1) A probabilidade de ocorrência dos eventos contingentes, ainda que por critério qualitativo; e
- 2) O efeito dos passivos contingentes em relação à estrutura de negócios da companhia.

Causa

- Indefinição de parâmetros na avaliação de riscos contingentes.

Consequência

- Inconsistência dos riscos correlacionados a provisões cíveis e trabalhistas.

Recomendações

1. Estabelecer parâmetros de avaliação de riscos de acordo com as recomendações constantes da Resolução nº 1.180/2009-CFC;
2. Consignar em nota explicativa própria às demonstrações financeiras os parâmetros adotados na avaliação de riscos de contingenciamentos passivos.

3.2.4 - AUSÊNCIA DE NOTA EXPLICATIVA RELATIVAMENTE À BAIXA CONTÁBIL DE SALDO COM FORNECEDORES A RECEBER

Fato

A análise das Demonstrações Financeiras revelou ainda que a Unidade não esclareceu mediante Nota Explicativa própria a baixa contábil do montante de R\$ 8.414.991,88 relativo a créditos a receber junto a clientes (Conta Contábil 112210106 –



Faturas/Duplicatas Faturadas a Receber por Prestação de Serviços), incluindo órgãos do Governo do Distrito Federal.

De acordo com informações da Unidade, a baixa contábil referida no presente subitem derivou de ato do Conselho Administrativo da Empresa, o qual aprovou ainda a não recuperação judicial dos créditos baixados, decisão também não esclarecida no contexto das notas explicativas às demonstrações financeiras.

Causa

- Alegada perda provável de créditos a receber.

Consequência

- Impacto no prejuízo do exercício.

Recomendação

- Consignar em nota explicativa própria decisões administrativas relevantes à apuração do resultado do exercício, incluindo as razões de justificativa relativamente à não adoção de medidas judiciais, visando à recuperação de créditos a receber.



3.2.5 - AUSÊNCIA DE NOTA EXPLICATIVA RELATIVAMENTE AO PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS

Fato

Também verificamos que as Notas Explicativas anexas às Demonstrações Financeiras não esclareceram a apropriação do montante de R\$ 4.821,04 em conta própria do Ativo Circulante, a título de pagamentos antecipados (Variações Patrimoniais Diminutivas Antecipadas).

Causa

- Inobservância às boas práticas contábeis.

Consequência

- Inconsistência das demonstrações Financeiras.

Recomendação

- Consignar em nota explicativa própria a ativação de despesas antecipadas, contextualizando-as no exercício a que se referem.

3.3 - PASSIVO A DESCOBERTO

Ao final do exercício analisado, a situação patrimonial da Companhia indica um passivo a descoberto, que representa um valor de bens e direitos inferior às ao valor correspondente às obrigações da Companhia com terceiros e proprietários.

3.4 – PARECER DO CONSELHO FISCAL E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

À fl. 277, o Conselho de Administração da Codeplan manifesta-se favorável à aprovação da presente Prestação de Contas, com as ressalvas consignadas pelo Conselho Fiscal em parecer próprio anexo às fls. 271/275.



IV - CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados foram constatadas as seguintes falhas:

GESTÃO	SUBÍTEM	CLASSIFICAÇÃO
GESTÃO CONTÁBIL	3.1.2; 3.1.3; 3.2.2; 3.2.3, 3.2.4 e 3.2.5	Falhas Médias

Brasília, 17 de abril de 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL.